

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.804 - RS (2019/0380025-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ELVANI FLORES SCHNEIDER
ADVOGADOS : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA - RS049412
MARISLAINE DA SILVA FERNANDES - RS096650
LUAN FRANCYEL SILVA BARBOSA - RS112830
AGRAVADO : SERASA S.A
ADVOGADOS : PAULO TURRA MAGNI - RS017732
CRISTIANO DA SILVA BREDAS - RS040466
ARTHUR SPONCHIADO DE ÁVILA - RS054157

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMUNICAÇÃO COMPROVADA. DANO INEXISTENTE.

O atendimento pelo arquivista da determinação legal de avisar previamente o consumidor quanto à abertura do cadastro de restrição de crédito afasta a pretensão indenizatória por ausência de comunicação do lançamento do registro negativo. De acordo com entendimento do STJ cristalizado na Súmula 404, não há necessidade de aviso de recebimento (AR) para que a referida notificação seja regular. É válida a notificação enviada ao endereço fornecido pelo credor. Precedentes do STJ.

NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de negativa de vigência dos artigos 1.020 do Código de Processo Civil; 149, 150, 186, 264, 271, 680, 927, 942 e 1.016 do Código Civil; 6º, 14, 28, 42, 43 e 83 do Código de Defesa do Consumidor.

Afirma que não foi notificado sobre a inclusão de seus dados em registro desabonador, fazendo jus à reparação econômica por dano moral.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

A Corte estadual, ao analisar as circunstâncias fáticas contidas nos autos e o conjunto probatório produzido, assim decidiu (fl. 90, e-STJ):

Com efeito, diferentemente do que alega a autora, restou demonstrada a postagem de correspondências de aviso de abertura do cadastro para o seu endereço, como se verifica pelos documentos às fls. 47-48, cumprindo o que determina o § 2º do art. 43 do Código de Defesa do Consumidor.

Cabe mencionar, no caso, que a notificação de inscrição em cadastro de proteção ao crédito não precisa ser feita com aviso de recebimento (carta AR). Conforme dispõe a Súmula 404 do Superior Tribunal de Justiça: É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

Ainda, é de se ressaltar que a entidade cadastral envia a notificação prévia para aquele endereço fornecido pelo associado, cumprindo o arquivista com a determinação a que dispõe o Código de Defesa do Consumidor.

Verifica-se que, ao contrário do alegado neste recurso especial, o Tribunal de origem, após minudente análise do conjunto fático-probatório, reconheceu a ocorrência da notificação prevista no código consumerista, com respeito à abertura de cadastro dos dados pessoais do autor em registro desabonador.

A revisão do entendimento desses pontos, nos moldes das questões factuais, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535. NÃO OCORRÊNCIA. CONSUMIDOR. CADASTRO DE INADIMPLENTES. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. OCORRÊNCIA. SÚMULA 404 DO STJ. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. VERBA HONORÁRIA. REDUÇÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. POSSIBILIDADE.

1. (...)

2. (...)

3. Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixado em julgamento submetido ao rito dos repetitivos, para que se cumpra o disposto no art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, basta o envio de correspondência dirigida ao endereço do consumidor, sendo desnecessário aviso de recebimento (REsp. 1.083.291/RS, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

9.9.2009, DJe 20.10.2009). (Súmula 404 do STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 902.752/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 30/11/2016)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensão a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora